



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAIBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONVITE

Nº 001/2009



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO Nº 2986/2008
CONVITE Nº 001/2009

João Pessoa, 04 de fevereiro de 2009.

Data da Licitação: 16/02/2009

Horário da Licitação: 14h30

Endereço: Sala de Licitações – 1º Andar

Edifício Sede do Ministério Público – Rua Rodrigues de Aquino, S/N – Centro João Pessoa – PB.

Tipo da Licitação: Carta Convite - Menor Preço

A Firma:

Prezados Senhores,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA- PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, inscrito no CNPJ sob nº 09.284.001/0001-80, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 1525/2008, publicada no Diário da Justiça do Estado, do dia 18 de novembro de 2008, convida V. Senhoria a participar de Licitação para Execução das Obras de Reforma do Prédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Serraria-PB, na modalidade **CONVITE**, do tipo Menor Preço, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, que será realizada em sua Sede, na data, horário e endereço supramencionados, e será regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, instruções, termos e condições contidas neste Edital e seus anexos. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa para execução de serviços de engenharia para Reforma do Prédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Serraria-PB, em conformidade com a planilha, especificações, cronograma financeiro e anexos, que serão partes integrantes desta Carta Convite, em anexo.

2. DA DOTAÇÃO

2.1. Os recursos, para fazer face às despesas de execução da referida obra, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Código: 5046.4194

Natureza: 339039

GR: 13

Fonte: 00

Especificação: Conservação, Reforma e Adaptação de Imóveis.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES

3.1. As especificações são partes integrantes desta Carta Convite, independentemente de transcrição, constando dos Anexos deste edital.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação Pessoas Jurídicas com atuação no **ramo pertinente à construção civil**, formalmente convidadas por esta Comissão de Licitação, ou adquirir o edital de convocação através do nosso site www.pgj.pb.gov.br e as que manifestarem interesse com antecedência de até de 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das Propostas, desde que estejam habilitadas no ramo pertinente ao OBJETO deste CONVITE.

4.2. Os licitantes deverão apresentar, devidamente assinadas por representante legal, as seguintes declarações:

4.2.1. De que tem pleno conhecimento do Edital e do Objeto licitado (Anexo III);

4.2.2. De que não emprega mão-de-obra infantil (Anexo IV);

4.2.3. De que não possui qualquer vínculo com o Ministério Público (Anexo V).

5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

5.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas, em envelopes distintos, devidamente lacrados, constando em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

Ministério Público do Estado da Paraíba

Comissão Permanente de Licitação

Envelope Nº 1 – Documentos de Habilitação

Convite Nº 001/2009

Data: 16/02/2009 - Horário: 14h30

(Razão social da licitante)

Ministério Público do Estado da Paraíba

Comissão Permanente de Licitação

Envelope Nº 2 – Documentos de Proposta

Convite Nº 001/2009

Data: 16/02/2009 - Horário: 14h30

(Razão social da licitante)

5.2. O envelope de habilitação deverá conter a documentação em 01 (uma) via, em original ou cópia autenticada por cartório competente ou pela própria Comissão Permanente de Licitação, mediante apresentação dos documentos originais para conferência ou publicação em órgão da imprensa oficial;

5.3. Os documentos com prazo de validade não expreso serão considerados vigentes pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão, exceto quando houver disposição em contrário;

5.4. Os documentos emitidos via Internet poderão ser apresentados em impressos ou cópias simples, devendo a Comissão Permanente de Licitação verificar a sua autenticidade e validade no *site* do órgão emissor. Ocorrendo discrepância entre a consulta efetuada pela Comissão e os documentos apresentados, prevalecerá a consulta.

5.5. A documentação relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedade por ações, acompanhado por documentos de eleição de seus administradores;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.6. A documentação relativa à Regularidade Fiscal consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (**FIC**) e municipal (Alvará), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a tributos e contribuições federais, mediante apresentação de "Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União" ou "Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a

Tributos Federais e a Dívida Ativa da União”, com prazo de validade vigente;

- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede da licitante, com prazo de validade vigente;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede da licitante, com prazo de validade vigente;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND), expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com prazo de validade vigente;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação (CRS), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF), com prazo de validade vigente.

5.7. A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá em:

- a) Certidão de registro de inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), da sede ou domicílio do licitante;
- b) Declaração expressa do responsável pela firma da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e da inexistência de trabalho do menor, conforme art.7º, XXXIII da Constituição Federal/88, que veda o trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Anexo II).

6. DA PROPOSTA:

6.1. A Proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da firma, em original, em uma só via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinada pelo responsável da mesma, sobre o nome expresso;

6.2. Proposta rigorosamente de acordo com o conteúdo do cronograma financeiro e planilha de quantitativos e preço, declarando que cumprirá rigorosamente com as especificações técnicas da obra que são partes integrantes deste convite, bem como ter inserido no preço final todos os custos para execução, os encargos e tributos incidentes sobre o produto e a obra a ser realizada;

6.3. Proposta contendo preços unitário e total em algarismos e por extenso, devidamente totalizada, observando-se o valor máximo orçado constante na planilha (Anexo I);

6.4. O Preço Global proposto, deverá resultar da soma dos preços totais propostos na planilha de quantitativos, incluindo todos os custos decorrentes da natureza dos serviços

de obras, tais como: despesas com instalações e mobilização para a execução, taxa de placa, encargos sociais e outros não citados aqui, porém, pertinentes a este tipo de serviço;

6.5. O prazo de validade da Proposta não deve ser inferior a 30 (trinta) dias contados a partir da data da abertura; em caso de omissão será considerado como válido pela Comissão de Licitação o referido prazo;

6.6. O prazo para execução dos serviços (objeto deste Convite) não deverá exceder 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de expedição da ordem de serviço, após a homologação e assinatura do respectivo contrato;

6.7. **Declaração** expressa do responsável pela firma informando que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando a mesma apta a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42º a 49º da referida Lei (Anexo VI).

7. DO JULGAMENTO

7.1. As propostas serão apreciadas pela Comissão, que, se necessário, poderá solicitar informações complementares, (quando a proposta apresentada por parte da contratada não exprimir clareza às exigências do ato convocatório) o que deverá ser providenciado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação;

7.2. Será considerado vencedor o licitante habilitado e classificado que estiver de pleno acordo com as exigências dos anexos e apresentar o menor preço global;

7.3. A Comissão de Licitação poderá suspender a Sessão sempre que julgar necessário para analisar os Documentos e Propostas oferecidas pelos licitantes, objetivando confirmar informações prestadas, inclusive, se preciso, procedendo diligências;

7.4. Serão desclassificadas as propostas:

7.4.1. Que apresentarem valores superiores a **R\$ 51.835,01 (CINQUENTA E HUM MIL, OITOCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E HUM CENTAVO)**;

7.4.2. Que não atendam às exigências e requisitos estabelecidos nesta Carta Convite ou que venham a impor condições;

7.4.3. Que apresentem valores manifestamente inexequíveis;

7.4.4. Que sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será feito em favor da contratada, acompanhado de Nota Fiscal, com base em valores apurados através das medições mensais dos serviços efetivamente executados no período, as quais serão conferidas e atestadas pelo Setor de Engenharia e

Arquitetura do Ministério Público, levando em consideração o cronograma físico financeiro, devidamente comprovadas através de laudo de medição apresentado pelo referido setor;

8.2. A MEDIÇÃO, FISCALIZAÇÃO e ACOMPANHAMENTO, quanto à execução do cronograma da OBRA, serão de responsabilidade do Setor de Engenharia do Ministério Público;

8.3. A licitante contratada deverá apresentar a documentação de cobrança, obrigatoriamente no protocolo do Ministério Público, em 03 (três) vias, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de nota fiscal, observadas as exigências da legislação tributária.

8.4. O pagamento de qualquer fatura ficará condicionado à comprovação do recolhimento de 1,5% (Hum vírgula cinco por cento) referente à Taxa de Processamento de Despesa Pública – TPDP, nos termos da Lei Estadual Nº 7.947, de 22/03/2006, publicada no Diário Oficial do Estado de 23/03/2006, regulamentada pelo Decreto No. 27.116, de 11/05/2006, publicado no Diário Oficial do Estado de 13/05/2006, cujo produto da arrecadação deverá ser utilizado em benefício dos programas e das ações da Fundação de Ação Comunitária – FAC;

8.5. A última parcela somente será liberada, depois de cumpridas todas as condições exigidas no instrumento contratual a ser firmado com a licitante vencedora.

9. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convidado a retirar o instrumento contratual respectivo e restituí-lo devidamente assinado pelo seu representante legal, com firma reconhecida, observado para este feito o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação;

9.2. É facultado ao CONTRATANTE, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no sub-item anterior; não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato, convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente;

10. DAS PENALIDADES

10.1. Caso o licitante vencedor não compareça para a assinatura do Contrato no prazo de 05 (cinco) dias a partir da notificação expedida pela Diretoria Administrativa, sem apresentar qualquer justificativa de fato superveniente, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, ficará sujeito às penalidades previstas em lei, tais como: advertência, suspensão e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos, mais as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais e responsabilidade civil e criminal;

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor contratado, até o trigésimo dia de atraso na entrega da obra;

- b) 10% (dez por cento) do valor da obra contratada no caso de:
 - b.1. atraso, superior a 30 (trinta) dias, na entrega da obra;
 - b.2. desistência da execução parcial ou total da obra contratada;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por um prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Outras medidas cabíveis e previstas nos artigos 86 a 99 da Lei nº 8.666/93 e alterações da Lei nº 8.883/94.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A Comissão Permanente de Licitação- COPLI, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não se infrinja o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

11.2. Conforme dispõe a lei em vigor, este CONVITE pode ser:

- a) anulado, a qualquer tempo, por ilegalidade constatada ou provocada em qualquer fase do processo;
- b) revogado, por conveniência da Administração, por motivo superveniente, pertinente e suficiente para justificar o ato, total ou parcialmente;**
- c) adiado, por motivo justificado;
- d) reduzido ou ampliado em suas quantidades, em face das necessidades da administração e das suas disponibilidades orçamentárias, observado o limite fixado no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93;

11.3. Os casos omissos neste CONVITE serão resolvidos pela COPLI Comissão Permanente de Licitação, à luz da legislação pertinente;

11.4. A Comissão e a autoridade superior, na forma do Art. 43, parágrafo 3º, poderão promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação;

11.5. Quaisquer outras informações serão fornecidas pela COPLI-Comissão Permanente de Licitação, através do telefone (083) 2107.6064/2107.6014.

Aloysio Carneiro Junior
Presidente da COPLI



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

CONVITE Nº 001/2009

TERMO DE CONTRATO PGJ Nº----, DO TIPO MENOR PREÇO, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, QUE ENTRE SI FAZEM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA-PGJ E A FIRMA _____ PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DO PRÉDIO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SERRARIA-PB, NA FORMA ABAIXO:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, com sede à Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 09.284.001.0001/80, representada pela sua Procuradora Geral, **Dra. JANETE MARIA ISMAEL DA COSTA MACEDO, CPF nº 041.773.714-91**, de um lado, aqui denominada **CONTRATANTE** e de outro, a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual nº....., com sede na....., Cidade:....., Estado:....., aqui denominada **CONTRATADA**, representada pelo Sr., sócio-administrador, brasileiro, casado, portador do CPF nº, Carteira de Identidade nº, residente e domiciliado na Rua:....., CEP:....., Cidade:....., Estado, considerando a **CONTRATADA** ter sido vencedora da licitação objeto do **CONVITE Nº 001/2009** constante do **Processo nº 02986/2008 - PGJ**, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual será redigido pelas Cláusulas e condições que mutuamente acordam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto do Contrato

Objetiva o presente Contrato a **EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DO PRÉDIO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SERRARIA-PB**, objeto do **CONVITE Nº 001/2009**, da qual saiu vencedora e em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93. Os serviços deverão ser entregues em completa observância às normas, especificações, e proposta da **CONTRATADA**, que juntamente com o referido Convite, ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor, Das Medições e Do Pagamento

2.1. O valor do Contrato à base dos preços propostos e homologados é de R\$(.....
....)

2.2. O pagamento será feito em favor da contratada, acompanhado de Nota Fiscal, com base em valores apurados através das medições mensais dos serviços efetivamente executados no período, as quais serão conferidas e atestadas pelo Setor de Engenharia do Ministério Público, levando em consideração o cronograma físico financeiro, devidamente comprovadas através de laudo de medição apresentado pelo referido setor.

2.3. A MEDIÇÃO, FISCALIZAÇÃO e ACOMPANHAMENTO, quanto à execução do cronograma da OBRA, serão de responsabilidade do Setor de Engenharia do Ministério Público.

2.4. A última parcela somente será liberada, depois de cumpridas todas as condições exigidas neste Contrato.

2.5. A licitante contratada deverá apresentar a documentação de cobrança, obrigatoriamente no protocolo do Ministério Público, em 03 (três) vias, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de nota fiscal, observadas as exigências da legislação tributária.

2.6. Os preços a serem aplicados serão nos termos da proposta apresentada e homologada para execução das obras e serviços deste Contrato, na forma global, especificados na planilha do licitante vencedor, que passará a integrar este Contrato, independentemente de transcrição. Fica expressamente estabelecido que os preços referidos incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para execução das obras e quaisquer encargos que possam incidir nas obras e serviços que serão executados.

2.7. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela contratada e aceitos pela fiscalização do Ministério Público, serão lançados no Boletim de Medição, que após conferido, será assinado pelo Engenheiro responsável pela obra.

2.8. Os boletins de medição deverão ser realizados mensalmente, com a consequente emissão de laudo de resultados emitido e assinado pelo Setor de Engenharia do Ministério Público, sendo o pagamento efetuado através de crédito em conta corrente, mediante NOTA DE EMPENHO.

2.9. O pagamento de qualquer fatura ficará condicionado à comprovação do recolhimento da Taxa de Processamento de Despesa Pública – TPDP, nos termos da Lei Estadual Nº 7.947, de 22/03/2006, publicada no Diário Oficial do Estado de 23/03/2006, regulamentada pelo Decreto Nº. 27.116, de 11/05/2006, publicado no Diário Oficial do Estado de 13/05/2006, cujo produto da arrecadação deverá ser utilizado em benefício dos programas e das ações da Fundação de Ação Comunitária – FAC.

2.10. No ato do pagamento de cada medição, a **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar cópia autenticada da **Folha de Pagamento de Pessoal** e respectivas **Guias de**

Recolhimento Prévio das Contribuições Previdenciárias e do F.G.T.S., incidentes sobre a remuneração dos segurados incluída em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, na forma prevista na lei 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.711 – INSS/DC Nº 69 e 71/2002, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

2.11. Igualmente deverá ser apresentado o **CEI- Cadastro Específico do INSS** para a obra objeto deste contrato.

2.12. Será descontado também, quando do pagamento de cada medição, o percentual de 11 % (onze por cento) sobre o valor da fatura, referente apenas ao serviço (mão de obra), em atendimento a LEI Nº 9.711/98 – INSS/DC Nº 69 e 71/2002.

2.13. Fica também obrigada a **CONTRATADA** a apresentar, no encerramento do **CONTRATO**, quando da expedição do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO** da obra, CND - Certidão Negativa de Débito, da respectiva obra.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Reajustamento

3.1. Não haverá reajustamento do valor Contratual, exceto para os casos previstos em Lei.

CLÁUSULA QUARTA - Dos Prazos

4.1. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de **60 (sessenta)** dias corridos, contados da data da assinatura da Ordem de Serviços. Este prazo poderá ser alterado, nos casos previstos em Lei.

CLÁUSULA QUINTA - Da Dotação

5.1. Para fazer face às despesas com a execução deste contrato, serão utilizados recursos oriundos da seguinte dotação:

CÓDIGO: 5046. 4194 –CONSERVAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DE IMÓVEIS

FONTE : 00

GR: 13

NATUREZA : 339039

CLÁUSULA SEXTA - Das Penalidades

6.1. Em caso de recusa injustificada da **CONTRATADA** no cumprimento das obrigações assumidas ou preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor contratado, até o trigésimo dia de atraso na entrega da obra;

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor da obra contratada no caso de:

c.1) Atraso superior a 30 dias na entrega da obra;

- c.2) Desistência da execução parcial ou total da obra contratada;
- d) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimentos de contratar com o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em conformidade com o Inciso IV do art.87 da Lei 8.666/93. Outras medidas cabíveis e previstas nos artigos 86 a 99 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883/94.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Rescisão

7.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente a critério do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, por acordo entre as partes ou por razões de ordem administrativa.

7.2. O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA** poderá rescindir unilateralmente o Contrato de pleno direito, independente de qualquer interposição judicial ou extrajudicial e do pagamento de qualquer indenização, pelos seguintes motivos:

- a) o não cumprimento, o cumprimento irregular ou lento, das Cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos estabelecidos;
- b) a sub-contratação total ou parcial dos serviços e cessão total ou parcial, exceto com anuência prévia do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**;
- c) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- d) a lentidão do seu cumprimento, levando o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, no prazo estipulado;
- e) o atraso injustificado no início da obra;
- f) a paralisação da obra, sem justa causa e sem prévia comunicação ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**;
- g) a associação do contratado com outrem, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitida no edital;
- h) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

- i) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666;
- j) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- k) a dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- m) razões de interesse público;
- n) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

7.3. Decretada a rescisão contratual, pelos motivos delineados na cláusula sétima, a **CONTRATADA** ficará sujeita a aplicação das sanções previstas no ato convocatório, sem prejuízo das elencadas na legislação específica.

7.4. O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, acarretará a **CONTRATADA** as seguintes conseqüências, sem prejuízo de quaisquer sanções previstas:

- a) suspensão imediata pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, dos trabalhos no estado em que se encontram;
- b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**.

CLÁUSULA OITAVA - Das Obrigações da Contratada

8.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além, dos casos previstos em Lei, o disposto nas alíneas seguintes:

- a) Executar com perícia os serviços contratados, obedecendo prazo, projetos, especificações técnicas, instruções adotadas pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA** e determinações por escrito da fiscalização;
- b) Assegurar, durante a execução das obras, a proteção e conservação dos serviços executados, bem como fazer a sinalização e manter a vigilância necessária à segurança de pessoas e dos bens móveis e imóveis;
- c) Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários aos serviços de sua responsabilidade ou pagar em dobro os custos destes serviços, devidamente atualizados, se a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA os fizer, independentemente das penalidades cabíveis;

- d) Retirar das obras qualquer pessoa julgada inconveniente pela fiscalização;
- e) Manter, à frente dos serviços, pessoal técnico habilitado e equipamentos, obedecendo a quantidade necessária, a critério da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA;
- f) Permitir ou facilitar a fiscalização, inspeção ao local das obras, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- h) Responder pelos danos causados diretamente ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou de dolo na execução do contrato;
- i) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou qualquer outro previsto ou não neste **CONTRATO**, resultante da sua execução;
- j) Fica obrigada a Licitante, no ato da assinatura do Contrato apresentar a prova de regularidade para com a Seguridade Social (**CND/INSS**) e o **CRF** junto a Caixa Econômica Federal (**FGTS**) e **FAZENDA ESTADUAL**;
- l) Adquirir e manter permanentemente no escritório das obras, um **LIVRO DE OCORRÊNCIAS**, autenticado pela PGJ, no qual a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA** anotarão todas e quaisquer ocorrências que mereçam registro, devendo ser entregue à PGJ, quando da medição final e entrega da obra.

CLÁUSULA NONA - Dos Serviços não Previstos no Contrato

9.1. Os preços unitários para execução de novos serviços surgidos quando da execução, serão propostos pela **CONTRATADA** e submetidos à apreciação da PGJ;

9.2. A execução dos serviços não previstos será regulada pelas mesmas condições estabelecidas no Contrato, ficando sua execução condicionada a assinatura do Termo Aditivo no qual figurarão os novos preços e prazos ajustados.

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Disposições Gerais

10.1. Os serviços a serem executados serão todos de boa qualidade, e nos preços unitários propostos, devendo estar incluídos todos os custos de transportes, mão-de-obra, tributos, lucros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os mesmos, previstos ou não neste Contrato;

10.2. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 65 da Lei das Licitações nº 8.666/93;

10.3. Os serviços ora Contratados não poderão ser cedidos ou sub-contratados;

10.4. **A CONTRATADA** sujeita-se integralmente aos termos do presente Contrato, objeto do **Convite 001/2009**;

10.5. Os casos omissos neste Contrato serão regulados pela Lei 8.666/93;

10.6. Informar imediatamente ao Ministério Público, quando ocorrer alteração do endereço comercial, telefones, e-mail, com vistas a possibilitar eventual recebimento de correspondências, comunicados, notificações dentre outros;

10.6.1. O descumprimento deste item, por parte da **CONTRATADA**, implicará na aceitação, sem qualquer objeção, das determinações emanadas do Ministério Público, decorrentes de quaisquer tipos de comunicações eventualmente tentadas, relacionadas com a execução das obras ora contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro

Para dirimir as questões oriundas deste ajuste, as partes elegem o Foro da cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba.

E por assim haverem ajustado, assinam os representantes legais das partes contratantes e duas testemunhas arroladas.

João Pessoa, ___ de _____ de 2009.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

ANEXO I

(MODELO DE PROPOSTA)

EDITAL CARTA CONVITE Nº 001/2009

PROPOSTA

1) Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.S^{as}., nossa proposta de preço global, no valor de R\$ _____ (_____) relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham ser verificados na sua preparação, conforme Planilha de Preços Global em anexo.

2) A validade desta proposta é de 30 (trinta) dias consecutivos a contar da data da apresentação dos documentos de habilitação e proposta.

3) O prazo de execução deverá ser de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de expedição da ordem de serviço, após a homologação e assinatura do respectivo contrato.

4) Declaramos que a nossa empresa não foi declarada inidônea, nem está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)

ANEXO II

(MODELO)

EDITAL CARTA CONVITE Nº 001/2009

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

..... (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à, declara, para efeito de participação no processo licitatório em epígrafe, do Ministério Público do Estado da Paraíba, e conforme disposto no art. 34, §2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, até a presente data, **inexistem fatos impeditivos**, para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

A presente declaração é feita sob as penas da lei.

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)

ANEXO III

(MODELO)

EDITAL CARTA CONVITE Nº 001/2009

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E DO OBJETO LICITADO

DECLARAÇÃO

Declaramos ter pleno conhecimento do edital, submetendo-nos às condições nele estabelecidas, tendo ciência, também, do local onde se desenvolverá o serviço, da natureza do escopo do mesmo, conhecendo todas as condições e eventuais dificuldades para a sua execução.

Empresa _____

CNPJ/MF _____

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)

ANEXO IV

(MODELO)

EDITAL CARTA CONVITE Nº 001/2009

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MÃO-DE-OBRA INFANTIL

DECLARAÇÃO

.....(Nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, combinado com o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 20 de 15.12.98, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de 16 (desesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)

ANEXO V

(MODELO)

EDITAL CARTA CONVITE Nº 001/2009

DECLARAÇÃO

A, firma com sede à Rua/Av., nº, Bairro de, nesta cidade de, Estado da(o), inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual nº, vem, através do seu representante legal, Sr., portador do CPF nº, Cédula de Identidade nº, **declarar**, que não possui como sócio, gerente e diretores, membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)

ANEXO VI

(MODELO)

EDITAL CARTA CONVITE Nº 001/2009

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

(nome do administrador ou representante, este no caso de firma individual), CPF nº _____, residente à (Rua/Avenida, Bairro, Cidade, Estado), DECLARA, para os devidos fins, sob as penas da lei, que a Empresa (razão social da empresa), se encontra devidamente registrada e enquadrada na Junta Comercial do Estado (citar Estado), como sendo uma (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), que atende os requisitos do Art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apta a usufruir do benefício e tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, DECLARA, que não se inclui em nenhuma das situações do § 4º do Art. 3º do mesmo diploma legal, além de outros previstos em leis e normas regulamentares que impossibilite de usufruir do tratamento diferenciado e favorecido ditado pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)

RECIBO

Recebi do Ministério Público da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça, através da Comissão Permanente de Licitação - COPLI, cópia do **CONVITE Nº 001/2009 e seus anexos**, para a **EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DO PRÉDIO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SERRARIA-PB**, cuja sessão para recebimento da Proposta, será na Sede da Procuradoria Geral de Justiça, à Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, nesta Capital, às 14h30 horas, do dia 16/02/2009.

João Pessoa(PB), _____ de _____ de 2009.